



CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MEIO PARA PROMOVER A COESÃO SOCIAL” 11–12 MARÇO 2010, MADRID

Em Maio de 2009, o Conselho da União Europeia, no âmbito do quadro estratégico para a cooperação europeia em matéria de educação e formação (ET2020), definiu objectivos estratégicos que sublinham a importância da educação inclusiva como meio de corrigir as desvantagens educativas. O Conselho realçou que a educação deve combater todas as formas de discriminação e preparar todos os jovens para interagirem positivamente com seus colegas de diferentes origens.

A Conferência Internacional, que envolveu cerca de 300 delegados de 40 países, teve como objectivo proporcionar uma reflexão sobre as formas de integrar os princípios da qualidade, da eficiência e da equidade em todos os níveis de ensino. Focou, em particular, formas de incluir os alunos mais desfavorecidos, para evitar a exclusão social.

Foram objectivos da Conferência:

- Reflectir sobre a educação como um dos aspectos essenciais para a inclusão social, no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social;
- Reflectir sobre as políticas de inclusão educativa e partilhar as melhores práticas, essencialmente as que se referem a alunos com necessidades educativas especiais;
- Permitir a troca de experiências entre os Estados-Membros e os países latino-americanos na área da educação inclusiva;
- Redigir um documento com mensagens-chave sobre a educação inclusiva, para ser apresentado às autoridades nacionais e europeias.

O programa da Conferência pode ser consultado em:
<http://www.educacion.es/eu2010/agenda/educacion-inclusiva.html>

Conclusões

A educação inclusiva é um direito universal. Implica medidas de política que visem proporcionar uma educação de qualidade a todos os cidadãos. A educação inclusiva requer também que todas as escolas tenham os recursos necessários (financeiros, humanos, educacionais, técnicos e tecnológicos) que lhes permitam responder e garantir o sucesso educativo de todos os alunos, independentemente da sua situação pessoal, económica, social, cultural, geográfica ou étnica. Deve ser prestada especial atenção ao género, tendo em conta a discriminação de que são alvo as jovens e as mulheres com incapacidades.

A educação inclusiva necessita de garantir a qualidade, equidade e excelência, no respeito pelos princípios da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do acesso universal. Todos estes princípios são complementares e inseparáveis.

A Conferência, que envolveu representantes das diferentes comunidades autónomas de Espanha, dos países europeus, da América Latina e do voluntariado, está em conformidade com um dos quatro objectivos da Presidência espanhola, no domínio da educação: ter um impacto sobre as políticas educativas que promovem a equidade, a coesão social e a cidadania activa. Este objectivo visa responder aos seguintes desafios: abandono escolar precoce e alunos com necessidades educativas especiais.

Os relevantes progressos que se têm verificado na educação aos níveis teórico, político e prático apoiam o movimento para a educação inclusiva. Deve ser feita uma especial referência à adopção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, muito especialmente ao seu Artigo 24º sobre a educação.





No entanto, a educação inclusiva é ainda um objectivo a alcançar. São precisas importantes mudanças para que sejam alcançados os objectivos da qualidade, da equidade, da inclusão, do respeito pela diversidade e da efectiva participação de todos na sociedade. A Conferência prestou especial atenção aos progressos verificados nos três níveis de ensino: secundário, profissional e superior.

Importa destacar as seguintes propostas, que emergiram da Conferência:

- A educação inclusiva, centrada na pessoa, é benéfica para todos os alunos com ou sem necessidades especiais resultantes de incapacidade ou de qualquer outra condição. A educação inclusiva prepara os alunos para viver e trabalhar numa sociedade plural.
- É preciso vontade política e determinação de todos os parceiros envolvidos para que sejam promovidas profundas mudanças sistémicas. Implementar uma educação inclusiva de qualidade, com equidade e excelência, em contextos regulares, em todos os níveis de ensino, implica, simultaneamente, visão, conhecimento, competência e quadro legal. Toda a sociedade precisa de se envolver e participar nesta mudança educacional.
- É necessária uma coordenação das políticas entre todos os sectores envolvidos, bem como o intercâmbio de boas práticas.
- É necessário criar mecanismos adequados de recolha e análise da informação, a fim de controlar as políticas e as boas práticas através de indicadores. Estes indicadores permitem a identificação dos factores que contribuem para a exclusão e dos que facilitam a inclusão.
- Para apoiar a mudança em contextos educativos e o progresso na implementação do direito à educação para todos, são necessários: sistemas de ensino flexíveis; reconhecimento da diversidade como um valor; eliminação de todas as barreiras (físicas, programas de estudo e materiais, atitudes, ajudas técnicas, actividades sociais, comunicação, acesso à língua gestual e a outros instrumentos para melhorar a comunicação oral) e apoio aos professores e às escolas; trabalho em equipa; liderança nas escolas; bom relacionamento entre os alunos e cooperação entre pais, profissionais e voluntariado.
- É necessário: facilitar a transição entre os diferentes níveis de ensino e a saída para o emprego; facilitar a educação inclusiva desde o início da escolaridade e dar especial atenção à identificação e intervenção precoces.
- Deve ser dada especial atenção à formação de professores (inicial e contínua), em todos os níveis de ensino. A formação precisa de preparar os professores para responder às diversas necessidades dos alunos, sendo este um factor-chave para o sucesso da educação inclusiva.
- Os jovens não querem ser tratados como crianças; querem ser capazes de tomar as suas próprias decisões. Todos têm o direito de aceder a um currículo que os prepare para virem a ser cidadãos de pleno direito.
- Um dos factores-chave em matéria de formação profissional é a criação de uma relação estreita entre a formação e o mercado de trabalho bem como assegurar a formação em posto de trabalho.
- A inclusão no ensino superior deve ser vista como uma prioridade, tal como o é no ensino obrigatório. É preciso garantir o acesso ao ensino superior a fim de aumentar a representatividade de alunos com incapacidades e oriundos de grupos vulneráveis. São necessários serviços de apoio, em especial de profissionais que actuem como “intermediários” entre os alunos e seus tutores.
- Finalmente, todas as medidas implementadas no âmbito da educação inclusiva serão benéficas para todos os alunos.

